



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011469-55.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Servidor Público Civil**  
 Requerente: **Wilton Gonçalves Garcia Filho**  
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Wilson Gonçalves Garcia Filho move ação indenizatória contra a Fazenda Pública do Estado de São Paulo. É Delegado de Polícia, tomou posse em 08.08.2012, mas somente percebeu o Adicional de Insalubridade a partir de 03.01.2013, por força da homologação de laudo pericial realizado administrativamente. Alega que a vantagem remuneratória é devida desde a posse, mesmo durante o curso de formação técnico-profissional, e que o laudo pericial tem natureza meramente declaratória. Seu direito decorreria diretamente da lei. Sob tais fundamentos, pede a condenação da ré ao pagamento do Adicional de Insalubridade devido pelo período comopreendido entre 08.08.2012 e 02.01.2013.

Contestação às fls. 35/44, na qual alega a ré que, durante o curso de formação técnico-profissional, o autora não exerceu, de fato, a profissão, apenas frequentou aulas teóricas e práticas, motivo pelo qual é indevido o Adicional de Insalubridade. A Lei Complementar nº 432/85 estabeleceu como condição para a concessão do benefício a identificação e avaliação dos locais e atividades insalubres. Não pode o Poder Judiciário impor o pagamento de benefício não contemplado na lei.

**1011469-55.2015.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Réplica às fls. 51/53.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

São duas as questões relevantes para o julgamento (a) se a eficácia do laudo pericial que atestou a insalubridade é declaratória e *ex tunc* ou constitutiva e *ex nunc* (b) se no curso de formação o adicional de insalubridade é devido.

Quanto à primeira questão, a LC nº 835/97 acrescentou à LC nº 432/85, que dispõe sobre o adicional de insalubridade, o art. 3º-A, estabelecendo de modo expresso que "o adicional de insalubridade produzirá efeitos pecuniários a partir da data da homologação do laudo de insalubridade".

O entendimento deste magistrado era no sentido de que, após a inserção do mencionado art. 3º-A, a eficácia do laudo pericial deveria ser reputada constitutiva do direito ao adicional de insalubridade, e não declaratória. Posicionamento assumido, por exemplo, no processo nº 1002567-16.2015.8.26.0566.

Todavia, fato é que o TJSP, por seu Órgão Especial, na Arguição de Inconstitucionalidade nº 0080853-74.2015.8.26.0000, rel. Des. SALLES ROSSI, j. 03/02/2016, houve por bem reconhecer a inconstitucionalidade da referida norma por afronta ao princípio da razoabilidade, vez que a insalubridade constitui estado de fato, e não de direito, e por afronta ao princípio da proporcionalidade, ao criar ônus excessivo aos servidores públicos que exercem suas atividades em ambientes ou sob a influência de agentes insalubres.

Ainda que a referida decisão não tenha eficácia vinculante, por ter sido proferida pelo Órgão Especial do TJSP reputo-a representativa do posicionamento dominante da Corte, não se tratando de simples precedente. Há que ser seguida para a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

garantia de uma aplicação isonômica da lei, atendendo-se à estabilidade, integridade e coerência a que refere o art. 926 do CPC-15.

Quanto à segunda questão, porém, tem razão a fazenda pública, pois o estado de insalubridade, estado de fato, como entendeu o TJSP, não subsiste no período em que o Delegado de Polícia frequenta o curso de formação técnico profissional.

Por mais que o curso de formação técnico-profissional não constitua etapa do concurso público, e sim a etapa inicial do efetivo exercício, trata-se de um efetivo exercício em unidade não-insalubre e para o desempenho de atividade não-insalubre porquanto nesse período, segundo o documento apresentado em contestação (fls. 45), o Delegado de Polícia frequenta o curso apenas para assistir a aulas.

A conclusão é que é devido o adicional de insalubridade a partir da data em que o autor iniciou suas atividades na Delegacia de Polícia de Ibaté, até o dia 02/01/2013 (dia anterior ao início do recebimento da vantagem remuneratória).

Julgo parcialmente procedente a ação para condenar a ré a pagar ao autor o adicional de insalubridade relativo ao período compreendido entre a data em que o autor iniciou as suas atividades na Delegacia de Polícia de Ibaté, o que deverá ser comprovado documentalmente por ocasião do requerimento de cumprimento de sentença, e o dia 02/01/2013, com atualização monetária desde a data em que cada vantagem deveria ter sido paga, e juros moratórios desde a citação.

Os juros moratórios serão os da Lei nº 11.960/09.

A atualização monetária seguirá a Tabela do TJSP para Débitos da Fazenda Pública – Modulada, vez que a modulação feita pelo STF na ADI 4.357 / DF, embora expressamente alusiva apenas aos precatórios, há de estender-se, por aplicação analógica, às condenações judiciais, por isonomia, vez que não há justificativa para a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

desigualação.

Sem condenação em verbas sucumbenciais, no JEFAZ.

P.I.

São Carlos, 08 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**